

● JUSTIÇA

CMF dá Palácio da Justiça como garantia da dívida à ARM

ANA LUÍSA CORREIA
acorreia@dnoticias.pt

A Câmara Municipal do Funchal (CMF) deu como garantia o Palácio da Justiça, a par de outros bens públicos, para evitar o pagamento da execução fiscal interposta pela Águas e Resíduos da Madeira (ARM). A revelação foi feita ao DIÁRIO pela empresa pública que recorda que o Supremo Tribunal Administrativo (STA) já condenou a CMF a pagar 10 milhões de euros à ARM, pela prestação dos serviços de água e de resíduos.

Conforme já foi tornado noticiado anteriormente, o STA tem vindo a indeferir os recursos que a Câmara do Funchal tem interposto nas oposições às execuções fiscais para cobrança da dívida que a autarquia tem com a ARM. Das 50 acções intentadas em 2018, são já 36 as que transitaram em julgado, tendo o STA decidido a favor da ARM.

Estas decisões, que são definitivas em processos que ascendem actualmente a 10 milhões de euros, levaram a que a CMF hipotecasse bens públicos, entre os quais as instala-

ções dos Bombeiros Voluntários Madeirenses, a sede do Clube Desportivo do Nacional, várias fracções de habitação social, para solicitar a suspensão das execuções fiscais.

Mais recentemente, a autarquia deu como garantia o Palácio da Justiça, edifício emblemático localizado na Rua Marquês do Funchal inaugurado por Américo Thomaz e onde funcionam actualmente o Departamento de Investigação Penal do Ministério Público, os juízos locais criminais e cíveis, o Juízo de Família e Menores, de Comércio, o de Execução e o de Instrução.

Este tipo de comportamento é revelador, no entender do presidente da ARM, “do desespero da CMF para fugir às suas responsabilidades, hipotecando, sem dar justificações aos seus munícipes e aos madeirenses em geral, bens de grande importância social”. Comportamento que considera ser também um “acto de cinismo, tendo em conta que a CMF continua a cobrar aos seus clientes, mas não paga o que deve pela prestação contínua e ininterrupta dos serviços de águas e resíduos que a ARM lhes presta”.



No edifício do Palácio da Justiça funcionam vários juízos. FOTO ARQUIVO

SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO JÁ CONDENOU A AUTARQUIA A PAGAR 10 MILHÕES À ARM

“A leviandade e leveza com que a CMF trata este assunto, põe em causa o profissionalismo e credibilidade das instituições, não as respeitando, bem como compromete o sistema de tratamento de resíduos da Região, tornando-o cada vez mais insustentável”, acrescenta ainda Amílcar Gonçalves.

Acresce que, actualmente, a ARM se encontra numa situação financeira muito preocupante, tendo em conta que a dívida da CMF superou os 29,5 milhões de euros (dos quais 20 milhões de euros são relativos à prestação dos serviços de resíduos e os restantes aos serviços de águas), continuando a aguardar pela proposta de acordo, anunciada pelo presidente da autarquia há poucas semanas.

Recorde-se que em 2019, a ARM enviou 116 processos de execução fiscal para o serviço de

Finanças, sendo que já foram todos remetidos para tribunal. Pelo facto de as Finanças terem apenas os processos de execução fiscal, os 116 processos deram origem a 16 acções judiciais, tendo 12 obtido sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal a favor da ARM. Entretanto, o Município do Funchal interpôs recurso para o Supremo Tribunal Administrativo de 11 destas sentenças.

Em Setembro último, o Supremo Tribunal Administrativo confirmou a obrigação da CMF pagar, 2 milhões de euros à ARM. Em Novembro, a mesma instância, determinou que a autarquia teria de pagar mais 3 milhões de euros à empresa pública em causa. Um mês depois, estão confirmados pelo STA mais 5 milhões, num total de 10 milhões de euros.

Litígio entre empresário e Marítimo julgado em Abril

MIGUEL FERNANDES LUÍS
mfluis@dnoticias.pt

O processo cível que opõe o empresário de jogadores de futebol Emerson Dias à sociedade anónima desportiva (SAD) do Marítimo, relacionada com um pagamento de 225 mil euros, vai a julgamento a 9 de Abril do próximo ano, no Juízo Central Cível do Funchal (Edifício 2000).

A acção foi interposta pelo representante brasileiro, no início de Fevereiro deste ano e no passado dia 23 de Novembro foi realizada uma audiência preliminar entre as partes, mas não houve qualquer pro-

posta de acordo da parte do clube madeirense, pelo que foi agendado julgamento. Todas as testemunhas serão ouvidas a 9 de Abril, a partir das 14h00, através de videoconferência, as de Portugal através do tribunal da área do seu domicílio e a testemunha residente no Brasil pelo sistema Webex.

Na referida acção, Emerson Dias reclama ao Marítimo o pagamento de 225 mil euros. O caso está relacionado com a venda do central brasileiro Raul Silva pelo emblema verde-rubro ao Braga, ocorrida há três anos. O defesa, natural de Belém do Pará, chegou ao Marítimo no início de 2015. Num contrato



com a validade de duas épocas e meia assinado pelo presidente Carlos Pereira, a SAD do clube madeirense comprometia-se, “em caso de futura venda do atleta a outro clube”, a pagar ao seu agente, Emerson Dias, “o valor correspondente a 15 por cento do valor líquido por si recebido em consequência da referida transferência”, isto já depois de deduzidos todos os encargos legais e fiscais.

Efectivamente, no início de 2017, Raul Silva acabaria por ser vendido ao Sporting Clube de Braga por 1,5 milhões de euros. Contudo, na conta do empresário brasileiro alegadamente não entrou um cên-

timo desta transacção. Emerson Dias ainda terá tentado convencer, a bem, o Marítimo a cumprir aquilo que, no seu entender, teria direito. Mas sem sucesso, pois a administração presidida por Carlos Pereira considerou que o agente de Raul Silva não desempenhou qualquer papel de intermediação no negócio, pelo que nada tinha a receber. Esgotadas as vias normais para resolver o litígio, em Fevereiro de 2020 Emerson Dias intentou uma acção no Juízo Central Cível do Funchal a exigir o pagamento dos 15% da receita que o Marítimo obteve com a transferência, ou seja, 225 mil euros.